

Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis	1
--	---

Demonstrações contábeis auditadas

Balancos Patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Boards Standards (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Building a better
working world

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Adilvo França Junior', written over a horizontal line.

Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2022	2021
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	44	24
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		44	24
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Imobilizado, líquido	4	45.588	354
Intangível, líquido		636	67
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		46.224	421
TOTAL DO ATIVO		46.268	445
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	5	4.030	-
Contas a pagar partes relacionadas		28	56
Outros tributos a pagar		121	-
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		4.179	56
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social subscrito	6.1	42.203	662
Prejuízos acumulados		(114)	(112)
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		42.089	389
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		46.268	445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2022	2021
Gerais e administrativas	-	(46)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS	-	(46)
RESULTADO BRUTO	-	(46)
RESULTADO FINANCEIRO		
Despesas financeiras	(2)	(1)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	(2)	(1)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	(2)	(47)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(2)	(47)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2022	2021
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(2)	(47)
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LIQUIDO DE IMPOSTOS	(2)	(47)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A.**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020		353	(161)	(65)	127
Aumento de capital		309	-	-	309
Prejuízo do exercício		-	-	(47)	(47)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6	662	(161)	(112)	389
Aumento de capital		41.541	-	-	41.541
Capital social integralizado		-	161	-	161
Prejuízo do exercício		-	-	(2)	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6	42.203	-	(114)	42.089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2022	2021
Atividades operacionais:			
Prejuízo do exercício		(2)	(47)
Variação de ativos e passivos operacionais		3.554	97
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		3.552	50
Atividades de investimentos:			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	4	(31.560)	(43)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(31.560)	(43)
Atividades de financiamentos:			
Contas a pagar partes relacionadas		-	(3)
Aumento (redução) de capital	6	27.867	-
Integralização de capital		161	-
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de financiamentos		28.028	(3)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		20	4
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		44	24

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A., “Companhia”, situada na Cidade de Fernando Pedroza, estado do Rio Grande do Norte, na Fazenda Velho Tomaz (Gleba 1), S/N, Zona Rural, foi constituída Companhia em 31 de março de 2020 e até a presente data não entrou em fase operacional. Por meio da Resolução Autorizativa nº 9.269 de 09 de outubro de 2020, a ANEEL autorizou a Companhia por 35 (trinta e cinco) anos a implantar e explorar a Central Geradora Eólica Ventos de Santa Tereza 08, localizada na Cidade de Fernando Pedroza, no estado do Rio Grande do Norte.

O parque entrou em operação comercial em fevereiro de 2024. A Companhia possui potência instalada de 39,2 MW e até o momento a ANEEL não disponibilizou a garantia física.

A Companhia tem por objeto social a geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, destinada a comercialização na modalidade de produção independente; e para consecução do objeto social, a implantação, administração e operação de centrais geradoras.

Em 2022, a Companhia é controlada diretamente pela AES Cajuína AB1 Holdings S.A. (diferente de 2021, onde a Companhia era controlada diretamente pela AES Tucano Holding I S.A.), e indiretamente pela AES Tucano Holding I S.A. (“Tucano Holding I”), AES Brasil Operações S.A. (“AES Operações”), e pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a seguinte autorização e registro de geração, conforme portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”):

Contrato	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Unidades geradoras	Capacidade e instalada MW	Garantia física MWm (i)
ACL	REA 9269/2020	09/10/2020	08/10/2055	35 anos	3	39,2	

- (i) Conforme estabelecido pelo Ministério de Minas e Energia (MME) através da Portaria nº 416, é previsto o cálculo da garantia física através de rito ordinário anual após os 24 meses em operação comercial, contados a partir da entrada da primeira unidade, ficando à critério do gerador solicitar ou não o cálculo de forma antecipada. Embora já solicitado, até o momento ainda não foi disponibilizado a garantia física.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 27 de agosto de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – CONTINUAÇÃO

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações contábeis podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

2.3 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2022, ainda em fase pré-operacional, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo na demonstração financeira de 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$4.135, está convencida de que suas operações terão fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, pois caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seu acionista. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia podendo sofrer alterações.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo valor justos e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

	2022	2021
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>		
Numerário disponível	44	24
Subtotal	44	24
Total	44	24

4. IMOBILIZADO

A Companhia utiliza critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, respectivamente, desde que aderentes às práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

4. IMOBILIZADO – CONTINUAÇÃO

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado.

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2022		2021
	Custo	Saldo líquido	Saldo líquido
Imobilizado em curso (i)	45.588	45.588	354
Total Imobilizado	45.588	45.588	354

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por gastos com o início da construção do Complexo Santa Tereza, principalmente relacionados com o contrato firmado para o fornecimento das turbinas eólicas, bem como com obras civis e elétricas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

b) A movimentação do ativo imobilizado é a seguinte:

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Imobilizado em curso	354	45.234	45.588
Total Imobilizado	354	45.234	45.588

	Saldos em 31 de dezembro de 2020	Adições	Incorporação	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Imobilizado em curso	69	21	264	354
Total Imobilizado	69	21	264	354

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou indicadores de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

5. FORNECEDORES

	2022	2021
Materiais e Serviços	4.030	-
Total	4.030	-

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1 Capital Social

Em 25 de agosto de 2020, a controladora indireta AES Brasil Operações, assinou o *Share Purchase Agreement* (SPA) para aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 15 sociedades de propósito específico, incluindo da Companhia, que compõem a primeira fase do Complexo Cajuína, chamada Santa Tereza, com capacidade instalada estimada de 588 MW. Em 21 de maio de 2021, após cumprimento das condições precedentes, o processo de aquisição foi concluído e a titularidade de 100% das ações das SPEs foi transferida e o controle assumido pela controladora Tucano Holding I.

Em 31 de dezembro de 2022 o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 42.203 (R\$ 662 em 31 de dezembro de 2021), o quadro acionário da Companhia é composto como segue:

	2022		2021	
	Ordinárias	Ordinárias	Ordinárias	Ordinárias
	Quantidade	Quantidade %	Quantidade	Quantidade %
Acionistas				
Tucano Holding I	42.203	100%	662	100%
Total das ações ordinárias	42.203	100%	662	100%

6.2 Aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2022, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$41.541, dividido em 41.540.870 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art.174.

7. COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Como a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, não possui receitas para composição de base de cálculo.

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

8.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Notas	2022		2021		Categoria	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	44	44	24	24	Custo amortizado	
Total	44	44	24	24		
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	4	4.030	4.030	-	-	Custo amortizado
Contas a pagar partes relacionadas		28	28	56	56	Custo amortizado
Total		4.058	4.058	56	56	

8.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS – CONTINUAÇÃO

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências *Fitch Ratings* (Fitch), *Moody's ou Standard & Poor's* (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	44	24
Total	44	24

(b.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal.

	Menos de 3 meses	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Saldos em 31 de dezembro de 2021
Fornecedores	4.030	4.030	-
Contas a pagar a partes relacionadas	28	28	56
Total	4.058	4.058	56

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS – CONTINUAÇÃO

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o IPCA utilizados na projeção corresponde ao índice verificado na data de 31 de dezembro de 2022.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Nova Energia S.A, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras.

Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

9. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram o caixa e equivalentes de caixa da Companhia foram as seguintes:

	2022	2021
Aumento de capital - Capitalização de crédito	13.674	-
Total	13.674	-

10. EVENTOS SUBSEQUENTES

Reorganização societária

Em 31 de janeiro de 2024, com base em acervo líquido apurado, foi concluída a reorganização societária, onde a Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A. obteve a contribuição da integralidade da participação de sua controlada direta, AES Cajuína AB2 Holdings S.A., nas demais SPEs Santa Tereza 08, Santa Tereza 12 e São Ricardo 10. Sendo assim, a partir da referida data, passou a ser controladora direta de Santa Tereza 08, Santa Tereza 12 e São Ricardo 10.

Combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren

Em 15 de maio de 2024, a controladora indireta AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças ("Transação") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, a ser realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultará na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias da AES Brasil e da Auren.

Após o cumprimento ou renúncia de todas as condições precedentes à Transação dispostas no *Business Combination Agreement*, será aberto, para os acionistas da AES Brasil, um período de escolha da opção que desejem exercer no âmbito da Transação.

Uma vez finalizada a documentação necessária, incluindo o protocolo e justificação da Incorporação de Ações e da Incorporação, as administrações da AES Brasil e da Auren convocarão as respectivas assembleias gerais de acionistas para deliberação das matérias relacionadas à Transação.

A condição precedente relativa à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE foi concluída em 14 de junho de 2024, remanescendo pendentes outras condições precedentes para a conclusão da Transação, dentre as quais, a aprovação da operação pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a aprovação ("waivers") dos debenturistas e demais credores, bem como a ratificação da celebração do Acordo pelo Conselho de Administração da AES Brasil.